

Constituinte: apreensões e dilemas

JORNAL DE BRASIL

Até o final desta semana deve estar concluído o substitutivo de autoria do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, ao projeto de Constituição a ser em breve votado pela Constituinte. Avanços significativos começam a ser registrados nas reuniões realizadas no Banco do Brasil, sob a coordenação do deputado Ulysses Guimarães, e das quais participam políticos de vários partidos, no intuito de colaborar com Bernardo Cabral para que seu substitutivo reflita, quando menos no essencial, a maioria esmagadora do pensamento dos constituintes.

Há pontos polêmicos, sobre os quais ainda não foi possível encontrar um consenso, como a duração do mandato de Sarney; sistema de governo e reforma agrária. Mas as negociações prosseguem. No entanto, os membros da comissão coordenada por Ulysses revelam que quanto ao sistema de governo, há nitida preferência pelo parlamentarismo. Ainda esta semana, antes de concluir o substitutivo, o deputado Ulysses Guimarães pretende convocar para uma reunião as lideranças de todos os partidos, a fim de discutir e negociar o que for considerado polêmico no substitutivo.

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, aguardava ontem um telefonema de Ulysses para com ele discutir justamente os pontos controversos do projeto em elaboração. Maciel e Ulysses são defensores do presidencialismo. O presidente do PFL diz que não se opõe ao parlamentarismo, desde que ele seja implantado em sua forma original e clássica. O que condena é o regime híbrido que se quer adotar, com os poderes divididos entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Acha que um

regime misto de presidencialismo com parlamentarismo se constituirá em fonte de graves crises, capazes de abalar e pôr em risco as próprias instituições. Recorda exemplo da frustrante experiência parlamentarista de 61, que lhe foi recentemente contado pelo deputado Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo Neves. Naquela ocasião a Petrobrás ficou onze meses sem presidente, porque João Goulart, o presidente da República, e Tancredo, o primeiro-ministro, não chegavam a um acordo quanto ao nome que deveria preencher aquele importante posto da administração pública federal.

No curso das reuniões realizadas ontem no Banco do Brasil, encontrou boa acolhida entre os presentes a apreensão manifestada pelo deputado e economista José Serra, do PMDB de São Paulo, quanto ao que ele classifica como a petrificação do orçamento da União. São aquelas verbas que por destinação prévia da Constituição ficam reservadas a determinadas regiões (Nordeste ou Amazônia) ou beneficiam programas específicos na área de educação ou de saúde. Na opinião de Serra, isso tira toda a liberdade ao administrador de gerir os recursos financeiros da União, que ficam como que engessados. Alertou ainda que se prevalecesse a reforma tributária embutida no projeto original da Comissão de Sistematização, seriam necessários recursos financeiros correspondentes ao dobro do atual PIB brasileiro.

Outro ponto polêmico na futura Constituição era o capítulo reservado aos militares. Temendo a repetição de episódios anteriores da história republicana, que registram frequentes intervenções armadas no processo político nacional, houve quem sugerisse que

na futura Constituição se excluíssem as Forças Armadas de responsabilidade na manutenção da ordem interna. A sugestão proposta ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, e incluída no substitutivo, assinala que as Forças Armadas têm por objetivo assegurar a defesa da soberania nacional e garantir a ordem constitucional vigente.

A reforma agrária ainda não foi definida. Mas o tema já ocupou grande parte dos debates. O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, advogava uma reforma agrária em que o Executivo tivesse maior flexibilidade para implantá-la. No entanto, o deputado Ulysses Guimarães conseguiu reunir em torno do seu pensamento a maioria dos presentes, os quais entendem que a matéria deve ser explicitada numa série de normas. Uma idéia que ganhou densidade é a de que decretada a desapropriação e não havendo manifestação da Justiça no prazo máximo de trinta dias, a imissão de posse será imediata com o pagamento em títulos da dívida pública. O recurso judicial contra a União poderia ter curso e sendo reconhecidas pela Justiça as razões do proprietário, a indenização se faria em dinheiro.

Distrito Federal

Confessa um dos membros da comissão coordenada por Ulysses que todos os seus integrantes são contra a escolha do governador do Distrito Federal por eleição direta. Em face, no entanto, dos compromissos públicos assumidos por Tancredo Neves, em nome da Nova República, o substitutivo de Bernardo Cabral prevê a escolha do governador do DF por voto direto e a eleição de uma Câmara local.